



EDITORIAL

6x1: vencemos a batalha, mas não a guerra! A luta continua!

No dia 27 de maio, foi vitoriosa a campanha pela redução da jornada de trabalho no Brasil de 44 para 40 horas e, principalmente, a garantia de 2 dias de repouso semanal para a maioria dos trabalhadores.

A PEC nº 221/19 aprovada na Câmara foi encaminhada no dia 28 de maio ao Senado e, lá, deverá enfrentar dois grandes obstáculos: manutenção do texto da PEC aprovada como está, o que não será fácil. E o enfrentamento da PEC nº 12/2026, projeto apresentado pelo Senador Rogério Marinho (PL-RN), que praticamente anula a vitória conseguida na Câmara.

Pela PEC da Câmara, a redução da duração do trabalho normal para 40 horas semanais será implementada de forma progressiva: 2 meses após a publicação da Emenda, a duração do trabalho normal não excederá a 42 (quarenta e duas) horas semanais; e 1 (um) ano após o decurso do prazo, a duração do trabalho normal não excederá a 40 horas semanais.

De acordo com o texto aprovado, com a concordância e o apoio do governo, "convenções ou acordo coletivo de trabalho poderão ampliar a duração diária do trabalho normal para viabilizar a distribuição da duração semanal do trabalho, estabelecida no inciso I do caput do art. 6º desta Emenda Constitucional".

Mas, no final da negociação entre parlamentares, governo e sociedade civil, principalmente sindicatos que acompanharam todo o processo, foram incluídos no art. 8º aspectos bastante controversos e prejudiciais a uma parte dos assalariados beneficiados pela alteração da lei.

Diz o art. 8º: "Ao empregado portador de diploma de nível superior e que perceba remuneração mensal igual ou superior a duas vezes e meia o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social não se aplicam as regras relativas à duração do trabalho e ao controle da jornada, salvo por liberalidade do empregador ou se houver previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho, respeitado o inciso XV e § 2º do art. 7º da Constituição Federal."

Este "jabuti" pode trazer muitas complicações e contradições. Atinge uma parcela minoritária dos assalariados, mas justamente a parcela que gera opinião pública e que tem papel mais importante na chamada elevação da produtividade. Se juntarmos essa mudança com o risco da pejetização geral (processo em julgamento no STF), veremos um retrocesso nos avanços conquistados.

A ofensiva no Senado

A proposta do Senador Rogério Marinho (PL-RN) prevê regime de jornada de trabalho flexível, permitindo que o empregado escolha entre o modelo tradicional da CLT ou um sistema baseado em horas trabalhadas. A proposta funciona como uma alternativa à PEC do fim da escala 6x1, mas não possui nada de alternativa: não reduz a jornada de trabalho, não acaba com a escala 6x1 e ainda pode reduzir salários.

A PEC permite que o empregado, individualmente, opte por um regime flexível baseada nas horas efetivamente trabalhadas ou pelo modelo tradicional da CLT, anulando o papel dos sindicatos e enfraquecendo o poder dos trabalhadores.

Além disso, se aprovada a nova Emenda, o empregador poderia remunerar o trabalhador de acordo com as horas prestadas no modelo flexível. Seria uma ampliação dos desastres já causados pela lei de contrato intermitente, introduzido no período Temer/Bolsonaro, que teoricamente mantém no contrato os mesmos direitos da CLT tradicional, mas condiciona o pagamento ao período trabalhado. O trabalhador fica à disposição do contratante, mas só deve receber o pagamento das horas de trabalho realizadas.

A importância da redução da jornada de trabalho

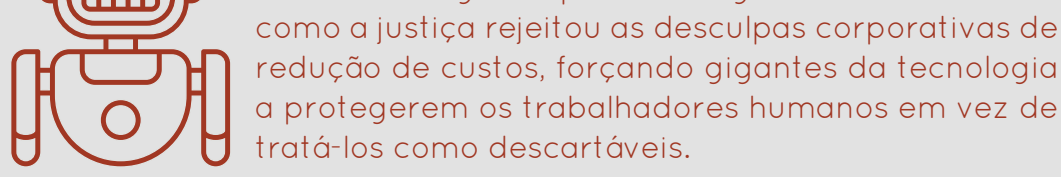
Artigo publicado por Adriana Marcolino, Diretora Técnica do DIEESE¹, analisou a importância dessa conquista e se contrapôs a hipótese levantada pelos opositores da redução da jornada poderia rebaixar e a produtividade do trabalho no Brasil. Segundo Adriana, em países como o Brasil, as altas taxas de informalidade é que constituem um dos principais entraves à elevação da produtividade e ao crescimento baseado em inovação, eficiência e maior complexidade produtiva.

Dados do Phad C-IBGE do 1º trimestre de 2026 apontam que a informalidade atinga cerca de 37% da força de trabalho no país (quase 38 milhões de pessoas). Esse contingente é incorporado às Contas Nacionais (IBGE) por meio de estimativas, mas a baixa produtividade média do grupo tem impacto sobre os indicadores agregados de desempenho econômico, limitando o crescimento do valor adicionado e da eficiência sistêmica.

No setor informal, a baixa produtividade não decorre só da pouca qualificação dos trabalhadores. Empresas informais geralmente operam em pequena escala, com acesso restrito a crédito e incentivos produtivos, o que reduz a capacidade para incorporação de máquinas, tecnologias e processos.

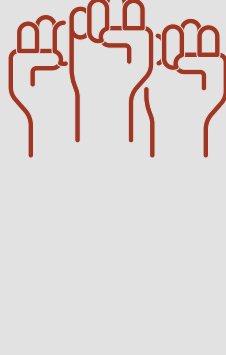
O entrave central está muito mais no modelo de desenvolvimento que, historicamente, sustenta crescimento pela precarização, informalidade e compressão de custos, em vez de promover ganhos estruturais de produtividade por meio de investimento, inovação e transformação produtiva. Para ampliar a produtividade, a receita não é trabalhar mais, mas produzir melhor e em condições adequadas.

¹ <https://www.poder360.com.br/opiniaao/informalidade-e-desafios-da-produtividade-no-brasil/>



NOTÍCIAS

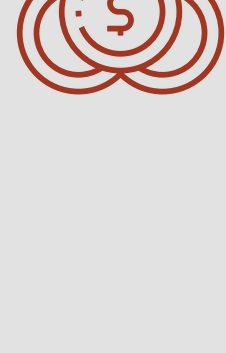
1º de maio: uma jornada de trabalho mais longa é sinal de modernização trabalhista?



O ODTI traduziu o artigo do Diário Red que analisa os rumos apostos na região: enquanto México e Colômbia avançam na redução das horas semanais, Argentina e Equador flexibilizam direitos com jornadas de até 12 horas. O texto mostra como os novos governos de direita priorizam as empresas, desafiando o princípio da progressividade social.

SAIBA MAIS!

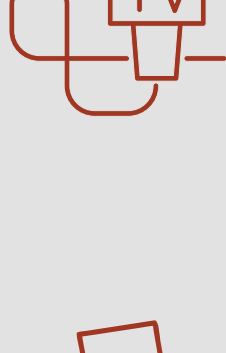
A proibição de demissões por IA: por que os tribunais chineses acabaram de tornar ilegal a substituição de trabalhadores por robôs?



No final do mês de abril, os tribunais chineses decidiram que a adoção de IA não justifica a demissão de funcionários. Essa decisão histórica é tema do artigo do portal Gadget Review e mostra como a justiça rejeitou as desculpas corporativas de redução de custos, forçando gigantes da tecnologia a protegerem os trabalhadores humanos em vez de tratá-los como descartáveis.

SAIBA MAIS!

Defensores dos direitos humanos e o mundo empresarial em 2025



O relatório da organização em defesa dos direitos humanos Business and Human Rights Forum, alerta para o avanço da violência corporativa: foram quase 800 ataques contra defensores ambientais e indígenas em 2025, a maioria na América Latina. As áreas de mineração e os combustíveis fósseis lideram as violações, frequentemente articuladas com o uso da força estatal.

SAIBA MAIS!

Argentina sofre com a "Milei malaise"



A análise da colunista da Foreign Policy sobre as massivas manifestações em Buenos Aires mostra o contraste entre a melhora dos dados macroeconômicos na Argentina e o agravamento da crise no dia a dia da população, com a queda dos salários reais e o desemprego. Segundo a colunista Catherine Osborn, embora o índice de aprovação do presidente tenha caído para cerca de 35%, a oposição política segue fragmentada frente à situação.

SAIBA MAIS!

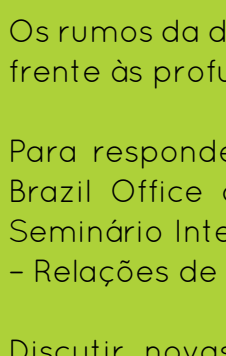
A liberdade de imprensa em todo o mundo cai para o nível mais baixo em 25 anos



A reportagem da Al Jazeera fala sobre o novo índice Repórteres Sem Fronteiras, que alerta: mais da metade dos países do mundo agora criminaliza o jornalismo. O autor da matéria, Alex Milan Durie, ainda destaca quedas drásticas na liberdade de imprensa em locais como os Estados Unidos e a Argentina, além da letalidade histórica contra profissionais da mídia em Gaza.

SAIBA MAIS!

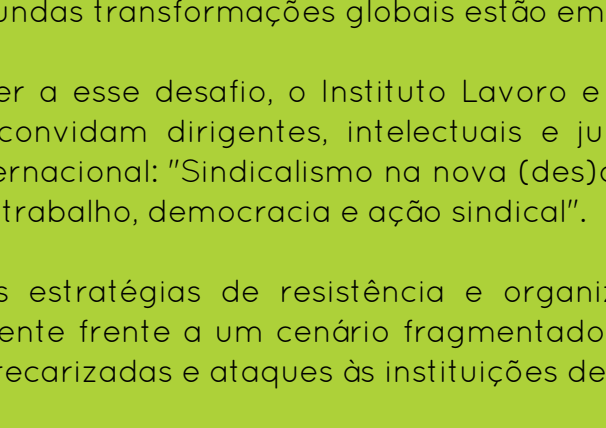
Bolivianos declaram greve geral contra seu presidente



Diante da aprovação da nova Lei nº 1.720, denunciada por movimentos sociais como um mecanismo de privatização disfarçado que ameaça territórios coletivos para favorecer os interesses do agronegócio internacional, uma forte onda de protestos e bloqueios de estradas tomou conta da Bolívia. O ODTI traduziu a reportagem que detalha como mineiros, camponeses e povos tradicionais reagiram a essa ameaça fundiária, decretando greve geral por tempo indeterminado e exigindo a renúncia do presidente Rodrigo Paz.

SAIBA MAIS!

EVENTOS



Seminário Internacional: "Sindicalismo na nova (des)ordem mundial – Relações de trabalho, democracia e ação sindical"

Os rumos da democracia, das relações de trabalho e da ação sindical frente às profundas transformações globais estão em disputa.

Para responder a esse desafio, o Instituto Trabalho e o Washington Brazil Office convidam dirigentes, intelectuais e juristas para o Seminário Internacional: "Sindicalismo na nova (des)ordem mundial – Relações de trabalho, democracia e ação sindical".

Discutir novas estratégias de resistência e organização coletiva tornou-se urgente frente a um cenário fragmentado, com relações de trabalho precarizadas e ataques às instituições democráticas.

O evento reunirá vozes nacionais e internacionais para analisar o papel do sindicalismo como pilar de sustentação dos direitos sociais e da própria democracia.

Quando: 30 de junho e 01 de julho

Onde: Auditório da FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) – São Paulo/SP

Formato: Evento presencial

Curso
PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI
Desafios, Estratégias e Instituições

Desigualdades Sociais: a Constituição de 1988, o Papel do Estado e do Judiciário

Coordenação geral
Luiz Gonzaga Belluzzo e Alfredo Attié

02 de Junho às 19h

FESPSP

Fernando Augusto Mansor de Mattos
Economista, pesquisador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

COMENTÁRIOS

Antonio Martins
Jornalista, editor e fundador do projeto de comunicação independente Outras Palavras

COORDENAÇÃO

Luiz Gonzaga Belluzzo
Economista, sociólogo e professor titular aposentado da Unicamp

Alfredo Attié
Jurista, escritor e desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo

Debate sobre um Projeto Nacional de Desenvolvimento do Brasil.

A Cátedra Celso Furtado (núcleo de estudos e pesquisa que funciona na FESPSP) vem realizando um Ciclo de Debates que visa fomentar reflexões e agendas para um Projeto Nacional de Desenvolvimento do Brasil. O ciclo conta com o apoio da FESPSP, que sedia as apresentações.

Os objetivos do ciclo são analisar temas estratégicos para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo; promover a troca de ideias entre intelectuais, formuladores de políticas, movimentos sociais e sindical; gerar insumos para políticas públicas.

O ciclo tem com orientadores o Professor Luiz G. Belluzzo e a Professora Magda Biavaschi e teve início dia 28 de abril com uma conferência sobre A Ordem econômica no século XX, com apresentações dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho e comentários do jornalista Breno Altman (editor do Opera Mundi).

O ciclo finalizará no dia 23 de junho de 2026 com o tema "Trabalho, direitos e demanda efetiva no século XXI: à luz do capitalismo e suas metamorfoses", com participação dos professores Ricardo Carneiro, Adriana Nunes e Juliane Furno. Este debate tratará da relevância das instituições do trabalho e das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento com inclusão.

